

**ATA DA 1ª REUNIÃO DA MESA SETORIAL DA AGÊNCIA DE  
FISCALIZAÇÃO DE FORTALEZA – AGEFIS  
ANO 2018**

Data	02/04/2017 Horário: 15h.
Local	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG
Participantes	<p><b><u>Bancada do Governo:</u></b></p> <p>Titulares:</p> <p>a) Marcelo Jorge Borges Pinheiro b) Eduardo Sérgio Carlos Castelo c) Rodrigo Antônio Pordeus do Nascimento</p>
	<p><b><u>Bancada dos Servidores:</u></b></p> <p>Titulares:</p> <p>a) Ana Lúcia Oliveira Viana b) Haroldo Jorge de Bittencourt Vieira c) Marta Cristina Jucá Policarpo</p>
	<p><b><u>Secretária Executiva da Mesa:</u></b></p> <p>a) Fabíola Farias Vasconcelos</p>
	<p><b><u>Representantes da SEPOG:</u></b></p> <p>a) Philipe Theophilo Nottingham – Secretário. b) Maria Cristina Machado – Secretária Executiva. c) Noeme Milfont Magalhães – Coord. de Gestão Estrat. de Pessoas. d) Samarkandra Maria de Alencar Bandeira – Ger. da Célula de Gest. de Planos C.C. Salários. e) Eveline Leitão – Coord. de Gestão Estrat. de Pessoas. f) Airton Douglas Lucas – Coord. da Assessoria Jurídica.</p>
	<p><b><u>Convidados:</u></b></p> <p>a) Júlio Fernandes Santos – Diretor de Operações / AGEFIS</p>

**Pauta da Reunião**

- Projeto de uso dos táxis corporativos para a atividade de fiscalização;
- Aplicação do Incentivo à Titulação Acadêmica (ITA) após a implantação do novo PCCS.

#### Ata da Reunião

1. O Superintendente da AGEFIS, Marcelo Pinheiro, abriu a reunião agradecendo a prestação do Dr. Philipe Nottingham, secretário da SEPOG, em participar da reunião e em ceder o espaço da SEPOG para tanto. Adiante disso, apresentaram-se as pautas da reunião: o uso dos táxis corporativos nas atividades de fiscalização e a aplicação do Incentivo à Titulação Acadêmica (ITA) após o novo PCCS; ressaltando-se que outras pautas demandadas pela categoria serão tratadas em reunião interna da Mesa, a ser agendada.
2. Passada a palavra à Bancada dos Servidores, a presidente da AFIM, Sra. Ana Lúcia Viana, solicitou incluir na pauta o pagamento dos anuênios e da hora extra incorporada, conquistados por meio de via judicial, implantados depois do mês de referência utilizado para o novo PCCS (maio/2017). Além disso, apresentou texto recentemente postado nas redes sociais da AFIM relativo a reivindicações de melhorias para a categoria da fiscalização.
3. Em seguida, a Sra. Samarkandra Bandeira, da SEPOG, explicou que todos os processos relativos a anuênios e hora extra incorporada que foram protocolados na AGEFIS e que passaram pelo jurídico da SEPOG já foram devidamente encaminhados. Desse modo, esses valores estão sendo incluídos na VPR e será pago conforme determinado na sentença. Ficou acertado que a Procuradoria Jurídica da AGEFIS remeterá os processos que ainda se encontram em sua posse para a SEPOG dar encaminhamento.
4. Acerca da pauta do uso dos táxis corporativos na atividade de fiscalização: A Sra. Ana Lúcia Viana afirmou compreender a situação atual do município e não haver dúvidas de que a AGEFIS está em busca de resolver tais problemas, porém está convencida de que o uso do táxi corporativo para a fiscalização de campo, no modelo em que foi implantado, não funciona. Afirma que existem vários motivos para se presumir isso, como: a vistoria tem tempo de duração imprevisível, podendo ser muito rápida ou muito demorada; não é possível prever o tempo que o táxi levará para chegar ao local depois de ser chamado; muitos fiscais trabalham na periferia, não sendo seguro usar o celular, tendo em vista o risco de assaltos, além do risco de os fiscais ficarem esperando o táxi, que, muitas vezes, atrasa. Concluiu, assim, que, do ponto de vista prático, no dia a dia da fiscalização, tal serviço não tem êxito, porém podendo ser utilizado em ocasião de treinamentos e no deslocamento dos gestores.
5. Somando-se as considerações feitas, o Sr. Marcelo Pinheiro ressaltou que existe o risco de o fiscal ficar exposto durante as abordagens, enquanto espera o carro que o buscará no local. Afirmou, entretanto, entender que, em alguns protocolos de fiscalização, é sim possível usar o táxi corporativo com sucesso. Para sustentar seus argumentos, apresenta à Mesa alguns slides sobre o resultado do projeto, explicando que o quantitativo de viagens varia de acordo com o local da fiscalização. Ainda, ressaltou que é possível utilizar o táxi, mas não na totalidade de protocolos nem de localidades. Em sequência, o Superintendente apresentou propostas de melhorias para o projeto, quais sejam: a) a criação de um aplicativo para a solicitação de táxi via smartphone; b) a disponibilização de um número 0800 por parte da empresa de táxi para a solicitação de carro; c) a garantia de maior agilidade e rapidez no atendimento das chamadas; e d) a possibilidade de o táxi ficar aguardando no local da fiscalização entre as corridas. A Sra. Maria Cristina Machado, secretária executiva da SEPOG, se manifestou sobre tais recomendações, afirmando que: a) a empresa já disponibilizou tal aplicativo, todavia falta capacitação; b) irá verificar esta possibilidade com a empresa; c) irá dialogar com a empresa, não descartando a possibilidade de notificá-la pelo fato; d) irá dialogar com a

empresa.

6. Aproveitando a temática em discussão, a Sra. Marta Jucá, membro da Bancada dos Servidores, questionou ao Superintendente e ao Secretário da SEPOG o motivo de os carros que a SMS disponibilizava para uso pela fiscalização da vigilância sanitária terem sido dispensados pela AGEFIS. Respondendo a isso, o Sr. Marcelo Pinheiro e o Sr. Philippe Nottingham afirmaram que isso não aconteceu, desconhecendo essa informação apresentada, porém que iriam averiguar.
7. O Sr. Philippe Nottingham esclareceu que o projeto dos táxis corporativos está funcionando bem em algumas secretarias, sendo assim, é preciso estar constantemente atento e verificar onde esse projeto funciona, para uma correta aplicação. Acentua que o referido projeto nunca foi pensado como forma de substituir 100% da frota de carros próprios ou locados pelo Município, mas apenas parte dela.
8. À vista disso, o Sr. Haroldo Vieira, membro da Bancada dos Servidores, sugeriu que cada gerência da AGEFIS fizesse uma triagem dos seus processos, a fim de verificar em que localidades é possível ou não fiscalizar utilizando o táxi corporativo, ressaltando que o risco não necessariamente se encontra apenas fora das áreas nobres da cidade.
9. O Sr. Marcelo Pinheiro defendeu que é preciso testar o projeto para balizar as decisões, tendo em vista que o programa é viável para ser utilizado, todavia não em toda a fiscalização e nem em todos os protocolos.
10. Em seguida, a Sra. Marta Jucá afirmou que obteve informações de que quem está se recusando a utilizar o táxi iria ter seu nome devidamente anotado para ser apurado por meio de processo administrativo, e que não concorda com tal política de ameaça ao servidor. O Superintendente da AGEFIS e o Secretário da SEPOG afirmaram desconhecer o fato e negaram tal informação.
11. No tocante à pauta da aplicação do Incentivo à Titulação Acadêmica (ITA) após a implantação do novo PCCS, o Sr. Haroldo Vieira afirmou que houve, em algum momento, uma falha no entendimento durante as negociações, o que maculou parte dos resultados adquiridos com o novo PCCS, que foi decepcionante e não foi coerente com toda a negociação. Frisou, ainda, que a temática do ITA não foi em nenhum momento discutida na Mesa, mas que se trata de um detalhe que estragou todo o projeto, apesar de acreditar que não houve má-fé por parte da Gestão.
12. O Sr. Marcelo Pinheiro acrescentou que ficou claro que o ganho real da categoria seria apenas a nova GEFAE, sendo tal fato amplamente discutido e demonstrado pelas planilhas apresentadas à Mesa. Além disso, esclareceu que o tema do ITA de fato não foi especificamente tratado na Mesa, mas foi acordado sobre a insalubridade e sobre qual seria o aumento real obtido pela categoria.
13. A Sra. Ana Lúcia Viana, membro da Bancada de Servidores, reconhece que o PCCS é uma vitória, entretanto entende que esse resultado é uma “mazela” para a luta da categoria e que houve um desentendimento durante as negociações. Afirmou que, como presidente da AFIM, entende que a categoria não poderia deixar a oportunidade de negociação passar. Esclareceu, ainda, que a ausência de maiores conhecimentos impossibilitou que a AFIM repassasse aos fiscais a orientação para que eles dessem entrada no ITA apenas após a adesão ao novo PCCS. Afirmou que não deseja nenhuma promessa, mas que deseja levar para a categoria a notícia de que a gestão abriria a temática para discussão. Acrescentou que não acredita ter existido má-fé ou enganação por parte da Gestão, mas que as condições para aplicação do ITA não foram entendidas dessa forma.
14. Ainda sobre a temática, a Sra. Marta Jucá pontuou que a maior decepção se trata do fato de que a Mesa trabalhou com afinco para chegar a um PCCS que diminuísse as

distorções, entretanto considera que o resultado foi o oposto, visto que a forma como o ITA está sendo aplicado está gerando injustiça.

15. Após a manifestação da Bancada de Servidores, o Sr. Philippe Nottingham garantiu que o ponto ficará em aberto para ser discutido e reafirmou que não houve “pegadinha” por parte da Gestão. Lembrou, ainda, que, no início das negociações, duas máximas foram dadas e estão sendo cumpridas, a saber:

a) o único impacto seria o valor relativo à nova GEFAE, tendo isso sido discutido, calculado e acertado. A discussão em relação ao ITA muda o impacto, sendo assim uma nova negociação. Isso nunca foi posto no cálculo dos impactos apresentados, consequentemente, não foi realizada a conta antes. Todavia, se essa conta tivesse sido feita, teria impactado no tamanho da tabela e em outras verbas. Tal exposição será registrada e levada ao prefeito, que decidirá a possibilidade de isso ser discutido e em qual momento essa discussão irá ocorrer.

b) não haverá inserção de mais nenhuma verba no salário, no máximo será modificado o que já se encontra lá. Do contrário, a intenção da SEPOG é enxugar as outras folhas, como foi feito com o PCCS da fiscalização.

16. Por fim, o Sr. Philippe Nottingham afirmou que a pauta fica aberta para discussão, após conversa com o prefeito. Deixou claro aos membros da Bancada dos Servidores que qualquer servidor que se sentir prejudicado poderá judicializar a questão, entretanto, ressaltou que, se isso ocorrer, esgotam-se as possibilidades de modificar a citada questão administrativamente

#### **Encaminhamentos**

- Reunião extraordinária da Mesa Setorial da AGEFIS será agendada ainda no mês de abril para discussão das pautas internas da fiscalização, com data a ser comunicada pela Secretaria Executiva.